

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS ARAPIRACA
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

LÍVIA MARIA CAVALCANTE RODRIGUES

O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A LUTA FEMINISTA CONTRA AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

ARAPIRACA

2016

Lívia Maria Cavalcante Rodrigues

**O papel da mulher na sociedade contemporânea: A luta feminista contra as
desigualdades de gênero**

**Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Especialista da
Universidade Federal de Alagoas, Ufal, Campus
Arapiraca.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elvira Simões Barretto.

Arapiraca

2016

Lívia Maria Cavalcante Rodrigues

**O papel da mulher na sociedade contemporânea: A luta feminista contra as
desigualdades de gênero**

**Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Especialista da
Universidade Federal de Alagoas, Ufal,
Campus Arapiraca.**

Data de Aprovação: 16/08/2016

Banca Examinadora


Profa. Dra. Elvira Simões Barretto

**Prof.^a Dr.^a Elvira Simões Barretto
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus A. C. Simões
Orientadora**

O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A LUTA FEMINISTA CONTRA AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Lívia Maria Cavalcante Rodrigues¹

Elvira Simões Barretto²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma abordagem acerca da realidade da mulher contemporânea, mostrando os direitos conquistados ao longo do tempo e sua imprescindível luta na busca pela superação das desigualdades de gênero. Ressaltando a luta feminista através dos movimentos sociais que tanto contribuíram para a emancipação da mulher e concluindo que muito ainda precisa ser feito para o combate aos estereótipos de gênero decorrentes de uma sociedade patriarcal construída historicamente e que dita regras desde as primeiras experiências de vida.

Palavras-chave : Mulher, direitos, luta, desigualdades de gênero, movimentos sociais.

ABSTRACT

This article aims to make an approach about the reality of the contemporary woman, showing the rights gained over time and their essential struggle in the search for overcoming gender inequalities. Emphasizing the feminist struggle through the social movements that have contributed so much to the emancipation of women and concluded that much needs to be done to combat the gender stereotypes stemming from a patriarchal society historically constructed and that dictates rules from the earliest life experiences.

Keywords: Woman, rights, fight, gender inequalities, social movements.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a mulher contemporânea nos remete sem dúvida a um breve resgate histórico sobre o seu passado de lutas e conquistas por espaço na sociedade, pela superação da desigualdade de gênero numa sociedade meramente patriarcal e pela garantia de direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, sexuais, reprodutivos, entre outros.

A mulher, no decorrer da história traz um significativo histórico de lutas em busca de reconhecimento e afirmação de sua identidade mediante um contexto repleto de submissão e

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/Campus Arapiraca/Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios. Graduanda do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/Núcleo Temático Mulher e Cidadania.

² Doutora em jornalismo. Professora adjunta da UFAL. Vice-coordenadora/pesquisadora do Núcleo Temático Mulher e Cidadania (UFAL).

opressão em detrimento ao sexo masculino. As mulheres foram consideradas durante anos pelo sexo oposto e pela sociedade como sujeitos “invisíveis” e passíveis de controle, por muito tempo, estiveram à margem da historiografia literária como afirma Michelle Perrot (2005) ao destacar que a mulher muitas vezes é apagada de sua própria história, comprovando a desvalorização do papel da mulher na história por muitos escritos.

Após anos de pesquisas e novas obras literárias esse reconhecimento foi sendo expressado com maior atenção, pois segundo Silva (2008) só a partir dos anos 1980 que o campo de conhecimento ganhou destaque para os (as) historiadores (as) e desde então a temática passou a produzir diversas publicações revelando seu fortalecimento.

2 A LUTA FEMINISTA NO BRASIL

No contexto brasileiro, desde o período da colonização que o papel da mulher atravessa diversas facetas perpassando por “funções às vezes exóticas, ora degradantes e até desumanas” (SILVA, SANTOS, TEIXEIRA, *et al.* S/A, p. 71), citam os (as) autores (as) relatando os extremos de dominação e submissão das mulheres no referido período histórico, revelando também a influência da igreja católica no controle da sexualidade feminina e ressaltando a supremacia masculina.

A mulher, na época, e também após o período colonial era considerada uma versão inferior ao homem e até mesmo complementar a ele (s). Aos homens eram designadas as relações de mando e autoridade, além de serem sinônimo de força, inteligência e racionalidade. Às mulheres destinavam-se à obediência e a procriação, deveriam desempenhar um papel de “boas” esposas, mães e se dedicarem aos afazeres domésticos (2. A IDENTIDADE SOCIAL DAS MULHERES, S/N), ou seja, delimitando claramente a sociedade patriarcal dominante construída socialmente a qual designa as relações de poder entre homens e mulheres.

Muitos estereótipos foram construídos em relação ao sexo feminino ao longo da história, mas as mulheres através de muitas lutas e reivindicações conseguiram se posicionar e mudar esta realidade na sociedade moderna assumindo múltiplas funções, como a de ser mãe, esposa, dona de casa, profissional, chefe de família, entre tantas outras variáveis, capazes de administrar cada uma delas sem perder a sua essência, pois

“Encontramos na atualidade mulheres que investem em sua própria educação, na carreira profissional, e que ocupam cargos de destaque nos setores públicos e privados, estas conquistas se dão pelas lutas que travaram desde a

antiguidade até hoje, pois sempre buscaram o direito de serem respeitadas como seres humanos.” (ANDRADE; ANDRADE, 2012, p. 3,4).

Porém, essas lutas em busca de reconhecimento foram permeadas por um longo período e pela constante perseverança de mulheres batalhadoras, corajosas, e determinadas cujo objetivo foi o de garantir o direito a ter direitos em relação aos homens e passarem a ter o seu próprio sustento, mas, para isso, foram necessários muitos protestos, passeatas, e acima de tudo garra para superar os obstáculos que lhes foram impostos.

A partir do momento em que as mulheres começaram a reivindicar seus direitos e viram que poderiam sair da situação de controle e subordinação e passar a conquistar seu espaço na sociedade por meio da participação em movimentos sociais e em associações, dá-se início a um processo de rompimento de sua condição de sujeitos passíveis de controle, passando assim a se tornarem mais participativas e valorizadas, primordialmente como seres humanos e acima de tudo comprovando que todos somos iguais independente de qualquer coisa.

Segundo Sarti (2004) o movimento feminista brasileiro tem início a partir dos anos 1970, é através dele que a população feminina conquista sua emancipação e passa a ter maior participação nas decisões sociais, ainda segundo a autora foi esse movimento social “que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver” (p. 36). O movimento feminista no Brasil teve grande influência internacional, principalmente dos ideais europeus e norte-americanos, que durante o período da ditadura militar impulsionou o questionamento das relações de poder dos homens sobre as mulheres, além de as mulheres se posicionarem contra ao determinado conflito político.

Vários foram os transtornos sofridos pelas mulheres resistentes ao período da ditadura militar, porém, foi também um período de abertura para grandes possibilidades de inserção nos mais variados setores considerados até então masculinos, como por exemplo, no mercado de trabalho e na área educacional surgiram tímidas oportunidades para as mulheres. Já nos anos 1980, o movimento feminista segundo Sarti (2004) se configurava como uma força política e social mais consolidada o qual tinham como objetivo principal as relações de gênero, que se repercutiram por todo o país espalhando a consciência da condição oprimida das mulheres, como também, as formas de enfrentamento à esta.

A partir daí vários segmentos do movimento feminista foram criados e subdivididos cada qual com o seu objetivo, mas sem perder sua essência, como na área da saúde acerca dos direitos reprodutivos, na área da questão da violência contra a mulher, do direito ao trabalho, do racismo, da educação, entre outros. Foi então nesse período dos anos 1980 que resultou-se

como saldo positivo após um extenso processo político, social e cultural uma expressiva alteração da condição de submissão da mulher onde na Constituição Federal de 1988 se aboliu a tutela masculina dentro da sociedade conjugal.

E, portanto, dos anos 90 em diante o movimento feminista se direcionou de maneira geral para o processo de profissionalização das mulheres, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais ligadas primordialmente as intervenções do Estado, cujo foco seria aprovar medidas protetoras para a classe e, sobretudo, buscar espaços e maior participação na área política. Essa participação feminina nos movimentos sociais vem romper com a condição de invisibilidade atribuída a mulher desde sempre, tornando-as mediante a legislação cidadãs possuidoras de direitos e deveres capazes de construir novas formas de se relacionar, agir e se comportar mediante outras perspectivas.

A luta feminista proporcionou as mulheres grandes conquistas, as mudanças ocasionadas pelo movimento desestabilizaram o modelo masculino tradicional e criaram a necessidade de sua revisão. Porém, apesar dessas conquistas é preciso reconhecer que o machismo não desapareceu, apenas tomou formas diferentes de se manifestar, o que pode ser uma batalha ainda mais difícil de ser superada.

O feminismo trouxe o protagonismo da mulher para sua própria história, mas ao contestar a hegemonia masculina esse movimento despertou muitos inimigos, o que se pode perceber hoje em dia é uma preocupante “negativização” do mesmo, pois é considerado por muitos um movimento social arcaico, ultrapassado, como se já tivesse conquistado todos os direitos almejados.

Essa percepção se dá em grande parte pela naturalização das conquistas femininas, como o direito ao voto, à educação, ao divórcio igualitário e tantos outros direitos, estes são tratados como se tivessem sido esquecidos, entretanto, sabemos plenamente que não, apesar dos objetivos já alcançados somente a pouco tempo a mulher passou a ganhar voz com a criação da Constituição Federal em 1988 que assegura que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 2011, p. 9, Art. 5º, parágrafo I, Constituição Federal de 1988).

O ponto alto da conquista de direitos das mulheres foi justamente com a criação da Constituição Federal de 1988 que simbolizou o marco jurídico da institucionalização de direitos das mulheres, aspectos como: a igualdade entre homens e mulheres, como citado acima, a não discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo, além da proteção

especial no mercado de trabalho, entre tantos outros direitos foram firmados no documento.

Essas e várias outras questões são retratadas diariamente tendo o protagonismo da mulher em defesa da efetivação e reconhecimento dos direitos das mulheres que vivem em uma sociedade desigual e opressora. A luta da mulher brasileira é um movimento contínuo que não pode e nem deve ser levada ao comodismo.

É nesse contexto que entendemos o quão relevante é estudar e transversalizar os estudos feministas de gênero para os diversos espaços sociais. Posto que, homens e mulheres, ao se relacionarem inter e intra sexo no espaço doméstico, no trabalho, na política, na comunidade etc. podem tanto protagonizar a perpetuação das desigualdades de poder, quanto construir relações simétricas/horizontais. (LOW, 2015, p. 10).

Por isso, devemos assumir enquanto cidadãos (ãs) uma postura crítica em relação à temática para que sejam superados os estereótipos de gênero entre homem e mulher. Nós enquanto sociedade devemos nos perceber ativos cotidianamente na luta contra essa desigualdade, combatendo as relações socialmente constituídas baseadas no patriarcado tão difundido que privilegia o sexo masculino como “dominador”, “superior” caracterizando as relações de poder.

Além disso, as mulheres são as maiores vítimas de violência no Brasil que já se configura uma epidemia alarmante e precisa urgentemente de intervenção, sem contar nas desigualdades no mercado de trabalho, a diferença no salário, os assédios sofridos no ambiente profissional e a desaprovação dos cargos de chefia exercidos por elas.

Portanto, a luta das mulheres em busca de igualdade deve sempre estar em movimento, seja ela para qualquer finalidade, é sabido que diversas conquistas já foram alcançadas como relatado no corpo do texto, porém, muito ainda precisa ser feito e isso depende sem dúvida da nossa contribuição enquanto sociedade civil organizada, além do Estado, da família, da escola, e outras instituições em busca da superação da desigualdade de gênero.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas feministas representadas pelos movimentos de mulheres são de suma importância para a história da equidade de gênero entre homens e mulheres, pois é através deles que foram sendo conquistados diversos direitos em defesa da mulher. A conquista da participação feminina na política do país como o direito de votar e ser votada, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o direito de estudar, a independência financeira, são exemplos dos direitos adquiridos ao longo do tempo, entre tantas outras conquistas que contribuíram para a

emancipação da mulher, entretanto, apesar de os movimentos feministas terem contribuído para a melhoria de vida das mulheres, é importante ressaltar que as mesmas ainda enfrentam resistências do machismo e do patriarcado decorrentes das relações sociais construídas historicamente remetendo a uma luta diária das mulheres em busca de seu espaço na sociedade.

A sociedade determina comportamentos desde o nascimento e institui o que considera ser “certo” ou “errado” para ambos os sexos desde as primeiras experiências, gestos e atitudes sociais. Para que essa realidade seja modificada devemos cultivar a resistência a certos estereótipos no nosso dia-a-dia rompendo com os rótulos estabelecidos culturalmente entre o masculino e o feminino na busca pela igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDADRE, Luana Raquel Cardoso de; ANDRADE, Cássia dos Anjos Costa. **O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA EM DIVÃ**. Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura. São Cristóvão/SE: GELIC/UFS. ISSN: 2175-4128, 2012. Disponível em:

<http://200.17.141.110/senalic/IV_senalic/textos_completos_IVSENALIC/TEXTO_IV_SENALIC_150.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

2. **A Identidade Social das Mulheres**. PUC-Rio – Certificação Digital Nº 0710334/CA. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501_3.PDF> Acesso em 26 de maio 2016.

BRASIL. **Vade Mecum Compacto Saraiva**. Constituição Federal de 1988. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOW, Telma. **Transversalidade da perspectiva feminista de gênero: tecendo redes para a construção de uma sociedade igualitária, livre e diversa**. CIED Cursos. Curso de Especialização, 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Universidade Federal de São Paulo. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>> Acesso em: 26 de maio de 2016.

SILVA, Glauce Cerqueira Correia da; SANTOS, Luciana Mateus; TEIXEIRA, Luciane Alves; *et al.* **A MULHER E SUA POSIÇÃO NA SOCIEDADE - DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS**. S/A. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v8n2/v8n2a06.pdf>> Acesso em: 26 de maio 2016.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL**. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista. v. 8, n.1, p. 223-231, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>> Acesso em: 26 de maio de 2016.